

NESTA EDIÇÃO

Instalação das 19ª e 20ª Varas do Trabalho de Curitiba

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, instala no dia 29 de julho as 19ª e 20ª Varas do Trabalho de Curitiba. Criadas pela Lei 10.770/2003, que autorizou o aumento de 61 para 86 as Varas do Paraná, as novas unidades ocuparão área de 870 m² no segundo andar do Anexo do Fórum Trabalhista da capital. *p.6*

TRT-PR ganha horário em programa na Rádio Clube

Trabalhadores e pequenos empresários de Curitiba e Região Metropolitana contam com um canal radiofônico para esclarecimentos sobre direitos trabalhistas. O quadro "Justiça do Trabalho Responde" estreou na Rádio Clube AM no dia 20 de junho. *p.7*

Perfil

Novos horizontes



A vida profissional de Luiz Eduardo Ballin começou quando passou a integrar o quadro funcional da Justiça do Trabalho no Paraná. Deficiente visual de nascença, não costuma fazer disso um drama. Ao contrário, encara sua limitação com naturalidade. Motivado, Eduardo trouxe para o trabalho sugestões de um software destinado a deficientes visuais. *p.8*

X Encontro de Diretores, Assessores e Secretários do TRT do Paraná



Mais de 100 diretores, assessores e secretários do TRT-PR participaram do encontro. A abertura foi feita pelo presidente do Tribunal, juiz Fernando Eizo Ono (no destaque)

O TRT do Paraná promoveu, em 23 e 24 de junho, o X Encontro de Diretores, Assessores e Secretários, que reuniu mais de 100 servidores de todo o Paraná, no Multy Ambassador Flat, em Curitiba. O evento teve por tema central a busca da excelência dos serviços. "Práticas de Sucesso" em unidades judiciárias e administrativas do Tribunal e das Varas, foram apresentadas, discutidas e analisadas ao longo dos dois dias. Foi debatida a rotina atual dos serviços, comparando-a às práticas apresentadas, com o intuito de identificar, com a contribuição dos que mais conhecem o trabalho, os principais desafios e suas conseqüências sobre o servidor e seu desempenho no exercício das múltiplas funções que exerce. *p. 4*

ENTREVISTA

Juíza Rosalie Michaelle Bacila Batista

Presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT

"Estamos no caminho, se não de mudar o mundo, mas ao menos, esta pequena parcela sobre a qual podemos ter ingerência mais efetiva." *p.3*



PASTILHAS

Reunião do Coleprecor

Foi realizada em Brasília, nos últimos dias 14 e 15, a terceira reunião ordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), entidade coordenada pelo presidente do TRT do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono. Na ocasião, alguns Regionais, dentre os quais o paranaense, firmaram termo de adesão ao convênio entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Receita Federal para troca de informações entre as Cortes e o fisco. O convênio tornará a execução dos débitos trabalhistas mais rápida. A reunião destinou-se ainda à análise das estatísticas setoriais (trabalhistas) divulgadas no seminário “A Justiça em números”, do Supremo Tribunal Federal. Também estiveram em pauta a possível unificação das tabelas de correção monetária e a análise de relatório do encontro de diretores de informática. Na oportunidade, os integrantes do Coleprecor reuniram-se com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Vantuil Abdala, submetendo nomes ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Ao final, participaram da instalação do Conselho Superior, em evento realizado na sede do TST. O órgão tem competência para realizar auditorias nos 24 TRTs. Os atos e decisões do Conselho têm efeito vinculante e deles não cabe recurso. O órgão também decide sobre as propostas de criação ou extinção de TRTs, alteração no número de seus membros e de criação de Varas do Trabalho. O Conselho foi criado pela Emenda Constitucional 45/2004, que promoveu a Reforma do Judiciário.

Juiz Tobias de Macedo Filho homenageado

O juiz Tobias de Macedo Filho, decano do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, ex-presidente e ex-corregedor da Corte, foi homenageado com o Diploma de Reconhecimento Profissional, conferido pelo Rotary Club Curitiba Leste, em 1º de junho.



Dia do servidor público

A Presidência do TRT do Paraná transferiu, mediante a Portaria JP 21/2005, o usufruto do feriado alusivo ao servidor público, neste ano, de 28 de outubro (sexta-feira) para 31 do mesmo mês (segunda-feira). Com isso, estarão suspensas as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Tribunal e das Varas do Trabalho do Paraná por três dias consecutivos - segunda à quarta-feira - 31/10, 1º e 2/11 (Dia de Todos os Santos e de Finados).

SECAP cadastra bens

O Setor de Cadastramento Patrimonial do TRT está em vias de concluir o cronograma agendado para o primeiro semestre, relativo ao levantamento dos bens colocados à disposição dos 28 gabinetes, cinco assessorias, 20 secretarias, 25 serviços e setores do Tribunal e de Varas do Trabalho de Curitiba, Colombo, São José dos Pinhais e Araucária, além dos 750 bens que se encontram no depósito. Segundo a chefe do SECAP, Lillian Regina Arthury, mesmo com o aumento do quadro de servidores e, por consequência, dos equipamentos e móveis que lhes são disponibilizados, o calendário deverá permitir que, “tão logo esteja superado o acúmulo dessa etapa, seja realizado o controle efetivo de todos os bens do Tribunal”. O diretor do Serviço de Material e Patrimônio, Emilson Coradi, considera conveniente lembrar sempre que, nos termos da legislação vigente, qualquer irregularidade ocorrida com o material entregue aos cuidados dos servidores deve ser comunicada, até para o resguardo de responsabilidade.



Sugestões e opiniões para o **Nona**:
(41) 3310-7171 / ascom@trt9.gov.br

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: JUIZ FERNANDO EIZO ONO. VICE-PRESIDENTE: JUIZA WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. CORREGEDOR-REGIONAL: JUIZ NACIF ALCURE NETO. DIRETOR-GERAL: OSMAN CÉSAR BOZZO SILVA. SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO LINS. ACESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CÉSAR CALDAS, JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, MARCOS BADDINI, SORAYA WOLFF e ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: CARMEN ZIEGE, LUIZ MUNHOZ, ARQUIVO TRT-PR e DIVULGAÇÃO. APOIO: MARINYR CHILA. ARTE FINAL: MARCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

Aposentadoria do juiz Sebastião

Foi publicada, em 9 de junho, no Diário da Justiça do Paraná, a aposentadoria do juiz Sebastião Teodoro da Silva. O pedido havia sido deferido pela sessão do Tribunal Pleno do TRT, em 30 de maio. Após ser aprovado em concurso público, o magistrado foi empossado no cargo de juiz substituto em 8 de julho de 1994. Em abril de 1997 foi promovido a presidente de então denominada Junta de Conciliação e Julgamento. Por último, Sebastião da Silva foi titular da Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul.



Mestres nota 10 pela UFPR

Os juízes Dirceu Buyz Pinto Junior e Arion Mazurkevic são mestres em Direito pela Universidade Federal do Paraná. O magistrado Dirceu defendeu tese sobre o tema “O apogeu e a queda do poder normativo”, sendo aprovado com nota 10. O juiz Arion apresentou dissertação sobre o tema “Limites e eficácia da autonomia coletiva no Brasil”, tendo também obtido aprovação com nota 10.

Debate sobre fiscalização trabalhista

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra-IX) promoveu, em 3 de junho, painel de debates sobre ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho. Como convidado, participou das discussões o juiz Gerson Rocha, da 1ª Vara da Justiça Federal em Curitiba. O evento foi o primeiro de uma série de exposições e debates complementares ao Seminário sobre a Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho, realizado em abril pela entidade, que contou com mais de 600 participantes.



A Magistratura no Século XXI

No dia 28 de junho foi realizado em Londrina debate sobre “A Magistratura no Século XXI”. O ministro Edson Carvalho Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça, foi o palestrante convidado. Entre os debatedores estavam os magistrados Grijalbo Coutinho (ex-presidente da Anamatra) e José Nilton Pandelot (presidente da entidade). O debate foi transmitido em tempo real pelo sistema UnoparVirtual para 210 municípios de todo o país em diversas telessalas. Na ocasião, os presentes nas telessalas puderam participar do debate formulando perguntas.

Palestra sobre Neurose

Em 15 de junho, o TRT do Paraná promoveu, das 9 às 11 horas, por sua Seção Psico-Social, a segunda parte da palestra “O que é isso que chamam de neurose?”, proferida pela médica psiquiatra Alécia A. Nepel. Inserida no projeto “Grupos Temáticos”, do Serviço de Benefícios Institucionais da Secretaria de Recursos Humanos, a palestra foi dirigida a servidores, juízes e empregados de empresas prestadoras dos serviços terceirizados.

Acadêmicos no TRT

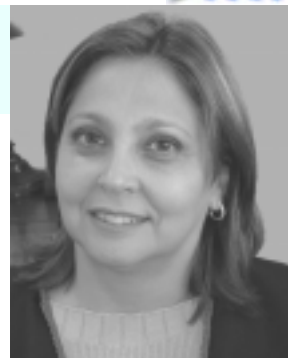
Alunos da turma pioneira do curso de Direito da Faculdade de Administração e Economia participaram do projeto “Visitação Pública” do TRT do Paraná na última terça-feira, 14, juntamente com estudantes do mesmo curso das Faculdades Santa Cruz. Na ocasião, assistiram a palestra da vice-presidente do Tribunal, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, sobre os desafios da Justiça do Trabalho e receberam cartilha sobre a estrutura e o funcionamento da instituição. No dia 15, acadêmicos de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (foto) cumpriram a mesma programação.



ENTREVISTA

Juíza Rosalie Michaele Bacila Batista

Presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT



Consciência social

Rosalie Michaele Bacila Batista bacharelou-se em Direito na turma de 1976 da Universidade Federal do Paraná. Após militar na advocacia por quatro anos, nas áreas cível, comercial e trabalhista, passou a integrar o quadro de servidores do Tribunal do Trabalho paranaense, aprovada em concurso público no qual foi a primeira colocada, em 1980. Dois anos depois, novamente mediante concurso e uma vez mais como primeira classificada, ingressou na magistratura trabalhista como juíza substituta. Promovida em 1986 à presidência da então denominada Junta de Conciliação e Julgamento de Foz do Iguaçu, presidiu, sucessivamente, as Juntas de Paranaguá, 6ª, 11ª e 18ª de Curitiba, de onde saiu para o Regional do Paraná, promovida pelo critério de merecimento. Empossada no Tribunal em 17 de junho de 1994, preside hoje a 1ª Turma de juízes, integrando também o Órgão Especial da Corte. Rosalie é presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT desde sua criação, em 26 de novembro de 2004. Também fazem parte da Comissão os juízes Márcio Dionísio Gapski (TRT) Sandra Mara Flügel Assad e Ana Maria São João de Moura (ambas do primeiro grau), além dos servidores Alceu Venâncio Júnior e Terezinha do Belém Schimuda.

Em sua atividade-fim de aplicar o direito nas relações entre empresários e trabalhadores, a Justiça do Trabalho é - quase por definição - o instrumento distributivo de ação social por excelência. Como a Coordenadoria age, no sentido de expandir a promoção de tais políticas pela instituição?

Sem dúvida, pode-se dizer que a Justiça do Trabalho tem sua legitimidade social através de sua atividade-fim, entretanto existem outras questões, externas à nossa instituição, mas parte de nossa realidade, que necessitam atenção. É o caso do acesso desigual à satisfação de necessidades vitais do ser humano, como alimentação, vestuário, melhores condições de educação, saúde, etc. Nesse cenário desenvolvemos atividades mais pontuais, como as campanhas direcionadas ao atendimento de necessidades emergenciais (arrecadação de alimentos, agasalhos e medicação), assim como temos idéias voltadas ao desenvolvimento mais abrangente do potencial do ser humano, que seriam projetos direcionados à educação. Outro aspecto importante relaciona-se à inserção do Tribunal no contexto da preservação ambiental, através de um trabalho voltado à adoção de novas condutas pelos nossos membros, o que inclusive reduz nosso impacto na degradação do meio ambiente em face, por exemplo, do volume de papel utilizado em nossas atividades.

Como tem sido a receptividade e a participação de juízes e servidores nas campanhas realizadas pela Coordenadoria? Qual o balanço inicial dessas ações?

Tenho a registrar o meu júbilo pela receptividade com que foram acolhidas as ações propostas pela Comissão. E, aqui, uma palavra há de ser reservada a todos aqueles que, anteriormente, já prestavam, muitas vezes de forma anônima, os seus serviços voluntários. Encontrei, não só terreno fértil, como um histórico de ações já desenvolvidas. Além disso, já contava o Tribunal com atuante núcleo de Assistência Social, que muito havia contribuído. Vale dizer, a 'responsabilidade social' já existia; apenas, agora, se está articulando, com ares oficiais. A receptividade e a participação têm sido positivas, no sentido de que em todas as campanhas lançadas houve superação das metas mínimas estabelecidas. Aqui, outro reconhecimento deve ser registrado para o pessoal do interior do Paraná (juízes e servidores) que, acompanhando o nosso trabalho, tem dado conta do desenvolvimento de atividades nessa mesma linha, em seu espaço de atuação. No entanto, ainda há um longo caminho a ser trilhado. Observa-se dentre os envolvidos, não só a participação direta, como uma 'cobrança', digamos assim, quanto aos resultados advindos. Tal questionamento é bem-vindo, posto haver uma obrigação de prestar contas. Mais ainda, demonstra-se, assim, o tipo do engajamento que está na base do trabalho voluntário. Não há,

por óbvio, obrigação de colaborar; contudo, assumindo-se por conta própria tal responsabilidade, gera-se uma obrigação de fazer bem feito, visto que criou-se, quando menos, uma expectativa naquele que se possa ter por beneficiado. Para quem que nada tem e nada espera, chega a ser desumano prometer e não cumprir. Aqui, por outro lado, importa não confundir os papéis a serem desempenhados no processo. O Tribunal não tem por finalidade-fim a benemerência, não contando com recursos para tanto. Igualmente, descabe cogitar-se em cometer aos membros e colaboradores diretos da Comissão, a responsabilidade integral pela 'responsabilidade social'. Esta tem, em verdade, um papel catalisador das ações para promoção humana e social, voltado à concretização dos trabalhos, mas depende essencialmente do comprometimento e da participação dos servidores e juízes.

Que outras ações a Comissão está planejando para a expansão de suas atividades?

Entre as ações em estudo e a serem propostas à Administração do Tribunal, destacam-se as seguintes: abertura de cursos de Informática para terceirizados e seus dependentes de 1º grau; ampliação do atendimento odontológico a terceirizados; realização da Campanha de Lixo Tóxico (assim considerados, por exemplo, pilhas, remédios vencidos, bateria de celular, dentre outros), em que o público interno poderá trazer ao TRT seu lixo tóxico e este, por intermédio da Comissão, dará a destinação correta ao mesmo. Já se encontram em curso as seguintes: organização de um primeiro encontro dos voluntários com a Comissão a fim de selecionar e apoiar alguns projetos; realização da campanha permanente de "Farmácia Solidária", viabilizando o acesso a medicamentos a comunidades carentes e combatendo o desperdício, através da arrecadação de remédios não utilizados (mas ainda em condições de uso), com o seu encaminhamento à Farmácia Comunitária do Centro Social Franciscano da Paróquia Bom Jesus, em Curitiba; realização de Campanha de Doação de Sangue, em parceria com a Hepar, em 27 de junho, com previsão de repetição em novembro, aberta à participação de juízes, servidores e estendida aos familiares, que garantirá, em caso de necessidade de sangue por parte destes, o atendimento a 100% de sua demanda aos titulares (juízes e servidores) e de 50% aos familiares. Há, ainda, atividades que têm sido desenvolvidas de modo constante, como a 'Campanha do Quilo', de arrecadação de alimentos.

A senhora acredita que já existe a desejável consciência coletiva sobre a responsabilidade em temas como a sustentabilidade do desenvolvimento, a redução das desigualdades e a preservação do meio ambiente?

Colhe-se dos especialistas que a melhor definição para a expressão 'desenvolvimento susten-

tável', é aquela que o entende como sendo o desenvolvimento que responde às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade de satisfazer essas mesmas necessidades às gerações futuras. Incluem-se, pois, ações tendentes à redução das desigualdades sociais, bem como à necessidade de preservação do meio ambiente. Disseminam-se as idéias de que o planeta tem energias limitadas e esgotáveis e por isso precisamos praticar o consumo consciente; de que devemos, sim, promover o desenvolvimento, porém considerando as necessidades das gerações futuras; e de que a diminuição das desigualdades sociais é benéfica, não apenas para as camadas mais carentes da população, mas para toda a sociedade. Isto já faz parte do currículo das escolas, das notícias veiculadas pela mídia no dia-a-dia, dos discursos políticos e até religiosos. Porém, para que estas idéias passem do campo do conhecimento para o da atitude, é preciso que as pessoas percebam que a responsabilidade social é de dentro para fora, que o primeiro impasse a ser enfrentado está dentro de cada um. Lembrome de um texto do jornalista Gilberto Dimenstein, que afirma: "Quando você quer fazer uma mudança, comece na sua rua. Gandhi já dizia que você tem que ser o espelho da mudança que você está propondo. Se quero mudar o mundo, tenho que começar por mim". É nesse sentido, que volto a enaltecer as atividades já desenvolvidas e que agora procuramos encampar e ampliar, com a atuação da Comissão de Responsabilidade Social. É esse atuar, essa consciência, que tem germinado no seio deste Tribunal, aqui tomado no sentido amplo de 'comunidade', não só de juízes e servidores diretos, mas também dos prestadores de serviços terceirizados, bem como dos seus familiares, que nos faz sentir que estamos no caminho, se não de mudar o mundo, mas ao menos, esta pequena parcela sobre a qual podemos ter ingerência mais efetiva. Portanto, há uma percepção desta consciência. Enfim, estamos sensibilizados para a questão, mas ainda experimentando as mudanças que devemos adotar em nossos comportamentos.

Como a senhora vê a tendência de uma gradativa substituição do ente oficial-estatal pelo oficioso-privado, como agente solidário na promoção humana e social?

O Ano Internacional do Voluntariado, em 2002, proporcionou uma maior divulgação do tema, incitando com isso o debate e a adesão das pessoas. Não vejo como uma substituição. Penso que, num tema desta gravidade, abrangência e urgência, todos os setores da sociedade devem atuar como parceiros, seja o governo, seja o empresário, seja o setor institucional ou a própria comunidade. A responsabilidade de um não exime a de outro. Deve haver, isso sim, uma complementaridade. As parcerias, como agregam forças e recursos, tendem a trazer bons resultados. ■

X Encontro de Diretores, Assessores e Secretários do TRT do Paraná

O TRT do Paraná promoveu, em 23 e 24 de junho, o X Encontro de Diretores, Assessores e Secretários, que reuniu 130 servidores de todo o estado no Multy Ambassador Flat, em Curitiba.

Promovido pela Secretaria de Recursos Humanos do TRT do Paraná, com patrocínio da Caixa Econômica e do Banco do Brasil S.A., o evento teve por tema central a busca da excelência dos serviços. "Práticas de Sucesso" em unidades judiciárias e administrativas do Tribunal e das Varas, foram apresentadas, discutidas e analisadas ao longo dos dois dias. Foi debatida a rotina atual dos serviços, comparando-a às práticas apresentadas, com o intuito de identificar, com a contribuição dos que mais conhecem o trabalho, os principais desafios e suas conseqüências sobre o servidor e seu desempenho no exercício das múltiplas funções que exerce.

O presidente do TRT-PR, juiz Fernando Eizo Ono, centrou seu pronunciamento na importância da troca de experiências entre os diversos gestores de equipes e expôs o cronograma de instalações de novas Varas do Trabalho do Paraná, que foi antecipado de modo a permitir que, até o fim de 2005, sejam inauguradas 11 unidades.

CONHECER PARA APRIMORAR

No encontro foram expostas e discutidas as possibilidades de mudanças e os fatores que mais contribuem para sua efetividade, visando a aprimorar o trabalho dos servidores mais diretamente envolvidos na rotina de cada unidade, com vistas a um melhor atendimento das expectativas da população. Adicionalmente, foi apresentado um projeto de avaliação de desempenho por competências, com o intuito de construir o perfil de competências essenciais. Pretendeu-se, assim, ampliar a compreensão dos processos de convivência no ambiente de trabalho e do impacto do papel do líder para a produtividade, a criatividade e a motivação, promovendo a integração e a coesão das equipes.

Ainda no primeiro dia do evento, foram apresentadas 11 das chamadas "melhores práticas", inscritas previamente pelos participantes para exposição e discussão. As apresentações ficaram a cargo de Jacqueline Antero Ferrari (Gabinete de Juiz do TRT), Vanderley Crepaldi Peres (Precatórios), juiz Ubirajara Carlos Mendes e João Soares Miranda (Informática), Nelson Copruchinski (Recursos Humanos), Mary Ramos Monteiro (Corregedoria), Nadja Marquezzi Felipe, Valeria Magron Nunes, Pedro Albino Vieira Vilante, Bruno Behr Neto, Maria Auxiliadora Fernandes e o juiz titular Bráulio Gabriel Gusmão - respectivamente, das VTs de Apucarana, Cianorte, Francisco Beltrão, Pato Branco, Paranavai e São José dos Pinhais.

Após as exposições, foram organizados grupos de trabalho para analisar e avaliar a aplicabilidade das práticas apresentadas. Seguiram-se debates que resultaram na apresentação de relatório sobre aproveitamento e aprovação das experiências, para utilização em outras unidades.

AVALIAÇÃO DE PERFORMANCE

O segundo dia do evento foi aberto com atividades de integração, que estiveram a cargo do Serviço de Admissão e Desenvolvimento da SRH e de Anna Zétola, especialista em experiências de teatro motivacional.

Após, foi apresentado o Projeto de Avaliação de Desempenho, baseado em competências. A equipe multidisciplinar da SRH buscou, assim, expor as ferramentas que permitem identificar as competências pessoais e interpessoais necessárias ao trabalho coletivo. Os grupos, mais uma vez separados de acordo com a área de atuação (judiciária das VTs, administrativa, assessorias de juiz), debateram e expuseram o resultado da pesquisa de competências, seguindo-se às conclusões quanto aos critérios e indicadores para avaliação de desempenho.

ENCONTRO ATENDEU ÀS EXPECTATIVAS

De acordo com os participantes, a programação do X Encontro atendeu às expectativas. Segundo o diretor da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, Divino Julian, o investimento para que o profissional possa produzir um serviço com prestação jurisdicional de qualidade que todos buscam no processo do trabalho, foi o melhor que aconteceu no evento. Com opinião semelhante, Sônia Locatelli, diretora do Serviço de Biblioteca e Jurisprudência, comentou que foi muito importante a troca de informações profissionais. "Apesar de



Juizes Fernando Ono (presidente) e Nacif Alcure Neto (corregedor) participaram da solenidade de abertura do encontro de diretores, assessores e secretários

eu não estar ligada diretamente à área de produção, como os gabinetes e as varas, que tem um enfoque diferente do meu, entendo muito importante este evento, pois nunca foram trocadas tantas experiências" relatou.

DISSEMINAR CONHECIMENTO

Ao final, foi proferida a palestra "Liderança educadora: educar nada mais é que ensinar a pensar", pelo professor de MBA da USP e consultor de empresas Eugênio Mussak. Médico, educador e consultor de empresas na área de Desenvolvimento Humano e Educação Corporativa, Mussak centrou sua aplaudida conferência na necessidade de sensibilização dos gestores para a função de multiplicadores de conhecimento. Segundo ele, o líder deve buscar a metacompetência - um *plus* à qualidade competencial que alie o bom desempenho no atingimento dos resultados gerenciais ao sucesso no atendimento das pessoas lideradas.

Ao final, o diretor-geral do TRT, Osman César Bozzo Silva, agradeceu a ativa participação de todos - razão primeira dos bons resultados do encontro.



Mounir Chaowiche, da Caixa, destacou a parceria com o TRT



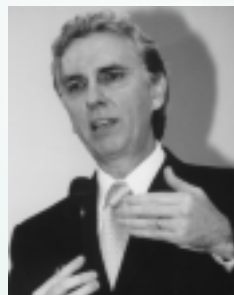
Mário Wuaden, do Banco do Brasil, saúda os participantes



Juiz do TRT Ubirajara Mendes falou sobre a informatização



Juiz Bráulio Gusmão expôs práticas realizadas



Professor e consultor Eugênio Mussak proferindo palestra sobre "Liderança educadora: educar nada mais é do que ensinar a pensar"



Osman Silva, diretor-geral do TRT-PR, enalteceu a presença maciça ao encontro



Diretores, assessores e secretários participando de atividades e durante jantar de confraternização



Próximos eventos do TRT-PR

Outros eventos voltados à capacitação e ao desenvolvimento humano do TRT-PR acontecem nos meses de agosto, setembro e outubro. Nos dias 25 e 26 de agosto será realizado o III Encontro de Oficiais de Justiça. Em 14, 15 e 16 de setembro é a vez do III Encontro de Magistrados. E a 6ª Jornada de Saúde e Qualidade de Vida acontece nos dias 26, 27 e 28 de outubro.

Novas audiências visando a acordos em precatórios são realizadas no TRT-PR

De 10 de junho a 13 de julho serão realizadas audiências visando a acordos em precatórios trabalhistas com mais de 30 municípios, cuja dívida a esse título ultrapassa a casa dos R\$ 35 milhões. Desses municípios, Porecatu é o primeiro da lista, com dívida estimada em R\$ 18,8 milhões. As reuniões estão sendo conduzidas pela juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, vice-presidente do TRT do Paraná.

Com o objetivo de buscar soluções para as dívidas em precatórios trabalhistas de municípios do estado, no dia 16 de junho, a juíza Wanda da Silva reuniu-se com o procurador jurídico da Associação dos Municípios do Paraná, Júlio César Henrichs. “Estas reuniões são extremamente importantes para a conscientização dos municípios da necessidade de equacionamento dos valores dos precatórios trabalhistas”, comentou Júlio. Segundo ele, a partir da reunião do dia 16, a AMP vai tentar fazer o papel de interlocutor na questão de precatórios entre o TRT e os municípios. “Vamos intensificar esforços para solucionar estes precatórios. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal a situação de dívidas ao final de mandatos municipais vem melhorando progressivamente. Acho que esta situação tende a melhorar para os municípios, a LRF veio para

nortear as administrações municipais em relação a este assunto”, finalizou.

O presidente da Comissão de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, Cláudio Ribeiro, também é favorável às audiências no Tribunal. Segundo ele, o comportamento da Justiça do Trabalho paranaense revela duas situações: a disposição em resolver pendências acumuladas por falta de mecanismos legais mais eficientes e a preocupação com as questões sociais, decorrentes da fragilização acentuada dos municípios brasileiros, quanto aos recursos orçamentários. “As audiências até agora realizadas têm oportunizado inúmeras composições. Quando esses acordos são celebrados, ambas as partes saem com pelo menos esta certeza: a de que uma pagará aquilo que a outra aceitou receber, nas condições e nos prazos estabelecidos”, disse o advogado. “A Presidência e a Vice-Presidência do Tribunal têm agido com sabedoria, porque atuam diretamente sobre a transferência de recursos da União para os municípios e apreendem a quantia mensal ajustada”, acrescenta. “Se todos os Tribunais seguissem o exemplo, talvez o Judiciário brasileiro não sofresse as críticas cada vez mais assíduas e acentuadas contra sua ineficiência e, isso é certo, estabeleceria com



Juíza Wanda Santi Cardoso da Silva com Júlio César Henrichs, da Associação dos Municípios do Paraná, durante audiência de precatórios

a sociedade um diálogo indispensável à credibilidade”, finalizou Ribeiro.

Tramitam no TRT-PR 2.054 precatórios de 218 municípios, totalizando cerca de R\$ 90 milhões. A maior parte dessa dívida está vencida e refere-se a reclamatórias trabalhistas ajuizadas por servidores ou ex-servidores daqueles municípios. Segundo a assessoria jurídica do TRT-PR, a maioria dos precatórios vencidos deveria ter sido inscrita nos orçamentos dos anos de 1998 e 1999. Há casos em que o vencimento deu-se há mais de dez anos. Estima-se que a cada cinco anos, considerando-se a correção monetária e os juros de mora, o valor da dívida aumenta em 100%. Além do débito em precatórios, há inúmeras requisições de pequeno valor processadas em primeiro grau de jurisdição, cujo montante é de aproximadamente R\$ 10 milhões. Os municípios realizaram pagamentos sem observância da ordem cronológica, causando preterição de outros precatórios. Cerca de metade da dívida é composta por precatórios preteridos, sujeitos a sequestro de verba do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

INFORMATIZANDO

Reunião faz balanço positivo e aponta caminhos

Esta nova coluna fixa do “Nona”, sobre os avanços da informatização na Justiça do Trabalho da 9ª Região, estreia ouvindo o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, juiz Ubirajara Carlos Mendes

Juízes da Administração do Tribunal e da Comissão de Informática reuniram-se ao final de maio com diretores da Secretaria de Informática. O objetivo foi definir critérios para atendimento das solicitações e sugestões das diversas secretarias, serviços e assessorias no TRT e nas Varas, usuários dos sistemas de processamento de dados. O encontro também oportunizou um balanço do processo de informatização e a definição dos próximos passos a serem seguidos pela 9ª Região.

Segundo o presidente da Comissão, juiz Ubirajara Carlos Mendes, a reunião de trabalho concluiu que, para o cumprimento das metas estipuladas no plano plurianual, é necessário que o projeto prossiga constituindo prioridade, com o contínuo desenvolvimento de sistemas e programas previstos. Foi definido, também, que as sugestões de melhorias ou solicitações para instalação de novos programas sejam encaminhadas por escrito à Comissão, para que esta - em conjunto com a SI - avalie a conveniência do atendimento. Outro ponto importante da reunião foi a positiva avaliação do cumprimento do cronograma de

metas até o momento, trazendo benefícios a juízes e servidores dos dois graus de jurisdição.

PRINCIPAIS AVANÇOS

Nos últimos 18 meses, um dos principais avanços no processo de informatização foi a implantação do *datacenter*, que permitiu a modernização de boa parte dos equipamentos que mantêm a estrutura central dos sistemas. No mesmo período de um ano e meio, foram instalados aproximadamente 780 novos micro-computadores e 290 impressoras em todo o estado: “É um fato inédito na história do TRT do Paraná, pois sempre enfrentamos muitas dificuldades para atender às necessidades de maquinário, seja em termos quantitativos, seja no que se refere à atualização tecnológica em termos de capacidade de processamento e armazenagem de dados” - lembra o presidente da Comissão de Informática.

Para o magistrado, os benefícios trazidos na renovação do parque de máquinas foram imediatos: “as novas políticas de segurança e uso das estações de trabalho, aliadas à substituição e aumento no número de micros tiveram impacto positivo já no curto prazo, reduzindo consi-

deravelmente a quantidade de chamados técnicos no Tribunal, onde todos os usuários já contam com micros mais modernos”, aponta. A médio e longo prazos, acrescenta, “essa renovação resultará na garantia da continuidade e do desenvolvimento dos sistemas”.

O juiz diz estar convicto de que os resultados, até agora, foram significativos, em especial porque, no início da atual gestão bial do juiz-presidente, havia apenas os recursos orçamentários próprios da Justiça do Trabalho de 2005, de todo insuficientes para ampliar a informatização pretendida. Entretanto, já no primeiro semestre de 2005, é possível comemorar a garantia de uma infra-estrutura suficientemente forte para dar vazão às necessidades do TRT e das Varas.

A reunião definiu também os próximos passos: o presidente da Comissão adianta que vários projetos estão em andamento na Secretaria de Informática e, quando estiverem concluídos, vão proporcionar uma maior automatização de inúmeras tarefas. Uma delas é o módulo “e-gab”, que facilitará a edição de acórdãos e todo o trâmite processual nos gabinetes dos juízes e nas secretarias das Turmas. O novo programa está previsto no plano plurianual do TRT conta com o apoio financeiro do Banco do Brasil, mediante convênio que garante recursos até o exercício de 2007.



Juiz Ubirajara Carlos Mendes, presidente da Comissão de Informática do TRT-PR

TRT instala 19ª e 20ª Varas do Trabalho de Curitiba

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, instala no dia 29 de julho as 19ª e 20ª Varas do Trabalho de Curitiba.

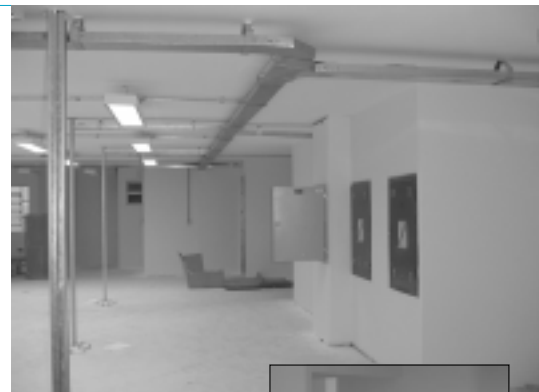
Criadas pela Lei 10.770/2003, que autorizou o aumento de 61 para 86 as Varas do Paraná, as novas unidades ocuparão área de 870 m², no segundo andar do Anexo do Fórum Trabalhista - Rua Vicente Machado, 400 - interligadas às demais por uma rampa do edifício principal.

Parte das obras teve início já em 2003, quando da implantação do novo Fórum, com recursos viabilizados mediante convênio do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná com a Caixa Econômica Federal.

Nos primeiros meses de 2005, foram executadas as obras complementares,

com o aporte de recursos do orçamento próprio do Tribunal. Essas intervenções compreenderam a instalação de divisórias em gesso, pintura, instalações elétricas, lógicas, de telecomunicações, ar-condicionado e outros itens de acabamento, a um custo aproximado de R\$ 240 mil e com padronagem semelhante à das outras 18 Varas da Capital, quer quanto à disposição dos espaços, quer quanto à infraestrutura de suas acomodações.

Das 25 novas varas criadas para o Paraná, duas já foram instaladas (2ª de Paranaguá e 2ª de Umuarama). No próximo 5 de agosto, o TRT paranaense instala a unidade de Loanda, restando outras 20 varas para implementar em todo o estado.



Local onde serão instaladas as 19ª e 20ª Varas do Trabalho de Curitiba. Operário realiza os trabalhos de acabamento



OAB propõe Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Pitanga



Cesar Romero, da OAB de Pitanga, em visita ao TRT, com o juiz-presidente Fernando Eizo Ono e a juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, vice-presidente do Tribunal

No dia 3 de junho, o presidente do TRT-PR, juiz Fernando Eizo Ono e a vice-presidente, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, receberam o presidente da seccional da OAB de Pitanga, advogado César Romero Ziegmann. O objetivo da visita foi analisar a possibilidade de instalação de um Posto Avançado da Justiça do Trabalho no município de Pitanga, localizado na região central do Paraná.

A busca de uma prestação jurisdicional rápida e eficiente é um dos focos principais da atual administração do TRT-PR e neste sentido a descentralização judiciária é parte integrante do projeto do Tribunal paranaense.

Na proposta da entidade, o

Posto Avançado deve atender aos municípios de Cândido de Abreu, Boa Ventura de São Roque, Mato Rico, Manoel Ribas, Nova Tebas e Santa Maria do Oeste. As cidades de Altamira do Paraná, Iretama, Laranjal e Roncador também podem ser incluídas na jurisdição do posto. Para realização de audiências, está previsto o deslocamento do juiz titular da Vara do Trabalho de Ivaiporã.

O local de funcionamento e o mobiliário do Posto Avançado ficarão sob a responsabilidade da prefeitura de Pitanga. O diretor da Secretaria Administrativa do TRT-PR, Sandro Furtado, irá a Pitanga verificar as condições operacionais do local sugerido pela seccional da OAB.

VT de União da Vitória volta a atender em sede própria



A VT de União da Vitória volta a atender na sede própria

A Vara do Trabalho de União da Vitória voltou a funcionar, em 27 de junho, na sede própria localizada na Rua Coronel João Gualberto, 330, Centro. Desde janeiro a unidade atendia provisoriamente na sobreloja de imóvel na Avenida Manoel Ribas, 150, em consequência de reformas que ampliaram a sede própria.

O espaço da VT de União de Vitória foi ampliado de 389,95m² para 462,63m². Além do aumento da área útil da secretaria, houve o acréscimo de um gabinete para juiz substituto e espaço para sala de informática.

O arquivo, que apresentava infiltração e comprometia o acervo de processos e documentos, foi inteiramente reformado.

As instalações receberam ainda novos sistemas de iluminação, informática e telecomunicações.

A copa e os sanitários foram remanejados, proporcionando ambiente mais adequado a juízes e servidores. Na área pública foi acrescido posto bancário e ampliadas as salas de espera e de conciliação. Também foi adaptado sanitário para portadores de deficiência física.

CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA EMPRÉSTIMO

INSTITUIÇÕES	CONTATOS	FONES
Banco Real ABN Amro Bank	Frederico M.Lopes / Cinthia Adriana	(41) 3322-6111
Banco Alfa S/A	Mário Ribeiro da Silva	(41) 4501-3444 / 4501-3488
Banco BMG S/A	José Eustáquio dos Santos	(41) 3221-4421
Banco do Brasil S/A	Márcia V. Marcellino / Dolores Pilz	(41) 3310-7101
Banco Sudameris do Brasil S/A	Ademir de Souza	(41) 3352-8844
Caixa Econômica Federal	Rosana P. Ribeiro / Nereu Leineker	(41) 3310-7104
Paraná Banco	Maria Izabel Couceiro Barros	(41) 3028-9850

Justiça do Trabalho do Paraná ganha espaço em programa de rádio

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, com o apoio da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - Amatra XI - conta com um canal radiofônico para esclarecimentos sobre direitos trabalhistas, desde 20 de junho, na Rádio Clube AM (Bedois) - 1430 KHz. É o quadro "Justiça do Trabalho Responde". Na primeira edição do programa, o juiz Nacif Alcure Neto, corregedor regional da Justiça do Trabalho, falou sobre os objetivos do TRT com o espaço radiofônico, que visa a informar a trabalhadores e pequenos empresários de Curitiba e Região Metropolitana seus direitos e deveres.

O ouvinte pode participar formulando sua pergunta pelo telefone (41) 3332-6644

ou pelo e-mail trtrespnde@trt9.gov.br. Às segundas-feiras, às 15h30, um juiz do trabalho dá o esclarecimento solicitado, durante cinco minutos no programa "Show da Tarde", apresentado por Caio Meneguello das 14 às 16 horas.

Questões sobre salários; trabalho noturno, insalubre ou perigoso; descontos previdenciários, do imposto de renda e do FGTS; direito de greve; parcelas que devem ser pagas na rescisão de contrato; trabalho doméstico e outras dúvidas do empregador e do empregado têm respostas diretas e objetivas dos juízes.

O TRT do Paraná, que pela Assessoria de Comunicação já contribui com reportagens para a TV Justiça (Supremo



Na estréia do quadro, o corregedor-regional da Justiça do Trabalho do Paraná, juiz Nacif Alcure Neto, concedendo entrevista ao radialista Caio Meneguello

Tribunal Federal) e com coluna fixa nos jornais O Estado do Paraná e Gazeta do Paraná, amplia dessa forma sua presença na mídia, prestando um serviço instrutivo e informativo do interesse da população.

PRATA DA CASA

Exposição de pinturas no TRT-PR

Foi aberta, em 3 de junho, a vigésima exposição do Projeto Prata da Casa do TRT-PR, intitulada "Diversidade Energética". São pinturas da servidora aposentada Aderli Marcondes Ferreira.

A mostra compõe-se de 15 trabalhos nas técnicas óleo sobre tela e acrílica sobre tela. A maneira encontrada pela artista plástica para expressar seus sentimentos e sua visão de mundo foi através das artes visuais, mais especificamente da pintura. Descoberta essa que ela fez na infância e da qual vem se valendo desde então.

Aderli é servidora aposentada da Justiça do Trabalho da 9ª Região, onde trabalhou por mais de duas décadas. Atualmente, além da pintura, ela divide seu tempo entre a yoga, o trabalho voluntário e a prática do harmônio (instrumento indiano de fole e teclas).

A colega explica que até definir seu estilo pictórico atual, que considera onírico, atravessou

diversas fases. Também já incursionou pelos mais variados temas e técnicas artísticas, na incessante busca pelo que melhor expresse seus pensamentos e transmita sua mensagem.

Dentre as dezenas de exposições coletivas e individuais que compõem seu vasto currículo destacam-se aquelas realizadas no Japão, Alemanha, Itália, Canadá, EUA e Chile, de onde sempre retornou ostentando uma medalha ou uma menção honrosa. Também possui mais de 20 obras reproduzidas em conceituadas publicações de arte nacionais.

A artista afirma que o seu principal objetivo com a pintura é representar o belo (a despeito da amplitude do termo) para, por essa via, despertar naqueles que o contemplem o seu melhor, gerando uma corrente positiva de difusão de alegria, amor e paz.

A mostra permanecerá no hall de entrada do



A expositora, na abertura da mostra, com Adelia De Finis (secretária-geral da Presidência), Osman Silva (diretor-geral), Sandro Furtado (diretor da Secretaria Administrativa), à esquerda, e Jorge de Lima (Assessor da Direção-Geral), à direita

Fórum Trabalhista de Primeiro Grau em Curitiba (R. Vicente Machado, 400), até 7 de julho. Está aberta ao público externo das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira. O projeto "Prata da Casa" visa a incentivar a produção cultural de juízes e servidores da Justiça do Trabalho do Paraná. Confira as exposições e/ou participe expondo. Outras informações: (41) 3310-7309 - Assessoria de Comunicação do TRT-PR.

Responsabilidade Social organiza campanhas e encontro

ARRECAÇÃO DE REMÉDIOS

Começou em 13 de junho a campanha "Farmácia Solidária", organizada pela Comissão de Responsabilidade Social do TRT-PR. A presidente da comissão, juíza Rosalie Michaela Bacila Batista, informa que o programa será permanente, voltado à doação, por juízes e servidores do Tribunal e das Varas do Trabalho de Curitiba, de medicamentos que, dentro do prazo de validade, não estejam mais sendo utilizados. As arrecadações serão entregues à farmácia comunitária mantida pelo Centro Social Franciscano, vinculado à Paróquia Bom Jesus. Informações: telefone (41) 3310-7078.



CAMPANHA DE INVERNO ARRECADADA 206,9 KG

A Campanha de Inverno promovida pela Comissão de Responsabilidade Social do TRT do Paraná arrecadou 206,9 kg de doações no mês de maio. Os agasalhos, calçados, cobertores, lençóis e toalhas foram entregues no início de junho à Rede Feminina de Combate ao Câncer (Liga Paranaense, vinculada ao Hospital Erasto Gaertner), ao Centro de Nefrologia do Hospital de Clínicas e ao Grupo Amigos, que dá apoio às pessoas portadoras de HIV. Esta foi a sétima edição da Campanha do Inverno do TRT-PR, iniciada em 1999. A juíza Rosalie Michaela Bacila Batista, coordenadora da Comissão, agradece a todos que participaram da campanha. "Solidariedade, amor ao próximo, espírito voluntário, consciência social, deixam de ser apenas conceitos, no momento em que seus significados são colocados em prática pela ação efetiva, pela atitude concreta de quem realiza e não apenas teoriza", comentou.

ENCONTRO DE VOLUNTÁRIOS

Será realizado, em julho, o primeiro encontro de voluntários do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. O evento está sendo organizado pela Comissão de Responsabilidade Social do TRT, que pretende dar apoio a projetos apresentados pelos próprios voluntários - juízes e servidores de Curitiba e Região Metropolitana. Outras informações pelo telefone (41) 3310-7078.

CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE

No dia 27 de junho aconteceu campanha de doação de sangue entre juízes e servidores do TRT-PR, idealizada pela Comissão de Responsabilidade Social. A coleta foi realizada na Seção Médica, Odontológica, de Higiene e Segurança no Trabalho (Anexo Administrativo - 5º andar do prédio 400 da Vicente Machado) por equipe do Hemepar, que deslocou-se ao local para coleta de sangue dos 94 doadores que compareceram.

PERFIL

Velhas questões, novos horizontes

A vida profissional do servidor Luiz Eduardo Ballin recém começou: há cerca de três meses ele foi chamado a integrar o quadro funcional da Justiça do Trabalho no Paraná. É o seu primeiro emprego.

Deficiente visual de nascença, Eduardo, como é tratado pelos colegas, não faz disso um drama. Ao contrário, encara sua limitação com naturalidade, tratando de encontrar meios cada vez mais eficientes de contorná-la. Aliás, ele alterou a rotina do Serad (Serviço de Admissão e Desenvolvimento Pessoal e Gerencial), desde que lá foi lotado, porque os colegas tiveram de se adaptar a uma nova maneira de exploração do potencial humano.

Cursando o terceiro ano de Direito nas Faculdades Curitiba, ainda não decidiu que rumos pretende dar à sua vida profissional. Mas escolheu essa área porque a considera um excelente

instrumento de ajuste e aperfeiçoamento das relações sociais.

Apaixonado por música, freqüentou aulas particulares de teclado há algum tempo e gostou tanto que pretende dar continuidade a esse *hobby* aprendendo a tocar violão e guitarra, já que são instrumentos de fácil transporte. "Gostei muito de tirar notas de ouvido e criar arranjos. Não tenho preferência por um determinado estilo musical. Curto de MPB a rock e faço tudo ouvindo música", revela.

Motivado com sua recente condição de servidor público, Eduardo trouxe para o trabalho a sugestão de um *software* destinado a deficientes visuais, que foi prontamente providenciado pelo Tribunal. No momento ele colabora com o desenvolvimento de um projeto sobre educação à distância destinado a ministrar aulas de processo trabalhista aos servidores das Varas do Trabalho, que será submetido à direção do TRT no momento oportuno e

Luiz Eduardo Ballin



Luiz Eduardo trabalhando com software destinado a deficientes visuais.

do qual pretende ser um dos tutores. "É preciso que se dê outro enfoque ao portador de deficiência. Todos nós, deficientes ou não, temos nossas habilidades e competências, que podem e devem ser corretamente exploradas. No caso do deficiente, sobretudo, é fundamental que haja cooperação e adaptação das duas partes, tanto do empregador quanto do empregado, para que os resultados sejam satisfatórios para ambos", finaliza, entusiasmado. ■

VOLUNTARIADO

Ensinando a "pescar" e a pensar...

Resgate e inclusão social através do ensino de ofícios

Ensinar a "pescar" e a pensar resume hoje a filosofia de trabalho da Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios – APOIO, que têm nos cursos profissionalizantes para a comunidade carente sua meta principal. "Tudo começou com um sopão!". É assim que a servidora Elvira Gonçalves Simões (chefe da Seção Médico-Odontológica), lotada no Serviço de Benefícios Institucionais da Secretaria de Recursos Humanos do TRT, relembra, na qualidade de sócia-fundadora, o início das atividades voluntárias que viriam consolidar a entidade social como de utilidade pública federal, estadual e municipal.

"Lá se foram quase 14 anos. O fornecimento da sopa foi para amenizar a fome e o frio numa invasão a beira da rodovia BR 116, sentido São Paulo, que viria a ser designada Vila Zumbi dos Palmares", no município de Colombo (PR)", conta. Hoje os trabalhos realizados são focados nas necessidades da população carente das vilas Zumbi dos Palmares, Liberdade e Ana Maria, todas no município de Colombo, num universo aproximado de 10 mil pessoas. "A concentração maior dos trabalhos da entidade dá-se atualmente em relação aos cursos profissionalizantes e ocupacionais", conta. Enfatiza, aliás, que o desejo de abrir possibilidades, novos caminhos para as pessoas



Elvira: uma das sócias-fundadoras da associação

é o que sempre a estimulou no voluntariado. "Dar meios para a pessoa saber que pode alterar a sua realidade através do próprio esforço pessoal", reforça.

Entre os vários cursos profissionalizantes disponíveis destacam-se os de panificação, informática, cabelereiro, corte e costura. O curso de informática conta atualmente com 120 alunos. "A entidade sobrevive de doações de computadores. Hoje

estes equipamentos já se encontram desgastados", lamenta Elvira. "Os recursos advêm dos esforços e contribuições dos seus associados, da comunidade, de empresas privadas, de órgãos dos poderes públicos, de promoções e campanhas específicas", conta Elvira, na qualidade de vice-presidente do atual conselho fiscal. "Resgatar as crianças é investir no futuro", acrescenta Elvira. "E através das crianças vêm os pais e mais possibilidades de transformação social", reforça.

Conta que essa idéia é concretizada através de propostas como o "Projeto Viver" que visa à mudança de comportamento das crianças, tanto no âmbito familiar, no convívio com seus colegas, como também no seu desempenho escolar e no relacionamento com seus professores. Outros programas, como o "Projeto Informatização Administrativa" e o "Projeto Sustentação", dão suporte à



Entre os cursos profissionalizantes disponíveis destacam-se os de cabelereiro, informática, panificação e corte e costura.

entidade. Doações de roupas e cestas básicas também permitem que as necessidades primordiais das famílias carentes sejam atendidas. Contudo, "o recebimento das roupas está vinculado aos cursos profissionalizantes. A pessoa recebe pontos para poder trocar pelas roupas", explica.

Palestras são inseridas em várias oportunidades, onde os princípios kardecistas são difundidos, buscando também ensinar a pensar. "No momento, mais voluntários para ajudar a 'pescar' e a pensar seria o maior APOIO", brinca Elvira. Informa o site para quem quiser saber mais - www.apoio.org.br.

SERVIÇO

Doações e ações voluntárias são bem aceitas para o desenvolvimento dos projetos atuais e futuros. Contatos através dos fones (41) 3675-8082 / 3675-8031 - Fax: (41) 3244-9671 - E-mail: apoio41@terra.com.br - Rua Nair Antunes da Silva, 41 - Centro Industrial Mauá - Colombo - PR - CEP 83400-000